



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Processos levam em média três anos na Justiça

Um processo leva em média três anos e um mês para tramitar na Justiça brasileira. A não ser que seja caso de execução fiscal, que demora em média seis anos e nove meses. É o que mostra a 21ª edição do *Relatório Justiça em Números*, divulgado nesta semana pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Trabalho dobrado

É preciso levar em conta o trabalho dobrado como um dos fatores para atrapalhar a celeridade processual. Para se ter uma ideia, em 2023, foram reativados 1,7 milhão de processos, que voltaram para análise judicial. Isso decorre de sentenças anuladas na instância superior ou remessas e retornos de autos por questões de competência, ou seja, estavam em varas erradas, como ocorreu com vários processos da Operação Lava-Jato.

Concentração em pessoal

As despesas com pessoal são responsáveis por 90% do custo total do Poder Judiciário, que chegou a R\$ 132,8 bilhões em 2023. Estão nessa conta, além da remuneração com magistrados(as), servidores(as), inativos(as), terceirizados(as) e estagiários(as), todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens e gratificações.

Médias salariais

As despesas representam uma média mensal de R\$ 68,1 mil por magistrado(a); de R\$ 20,1 mil por servidor(a); de R\$ 5,1 mil por terceirizado(a); e de R\$ 1.362,12 por estagiário(a). No caso dos juízes, a despesa supera muito o teto constitucional do funcionalismo público, que hoje é de R\$ R\$ 44.008,52. Mas é importante ressaltar que, por se tratar de um valor médio, eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar sobremaneira nas médias apresentadas, segundo ressaltou o CNJ.

Benefícios

No fim do ano passado, os juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) receberam em média R\$ 180 mil em benefícios.

Apoio necessário para CPI da Saúde

A instalação da CPI da Saúde na Câmara Legislativa já tem assinaturas necessárias. São favoráveis à abertura da investigação sobre os contratos do Iges-DF os deputados Fábio Félix e Max Maciel, do PSol; Chico Vigilante, Gabriel Magno e Ricardo Vale, do PT; Dayse Amarílio (PSB); e Jorgelina Belmonte (Cidadania); e Jorge Vianna (foto), do PSD. Vianna foi o voto inesperado. É da base governista, mas também da área de saúde.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Pressão do Entorno

A secretária de Saúde, Lucilene Florêncio (foto), esteve nesta semana na Câmara Legislativa na Comissão de Fiscalização e Transparência, presidida pela deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania). Ela citou os desafios de gerir as ações da pasta levando-se em consideração que o DF recebe milhões de usuários moradores das cidades do Entorno. Lucilene admitiu que muitos procedimentos precisam ser aprimorados, mas garantiu que a equipe tem se empenhado para melhorar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão. "Temos uma demanda de 5 milhões de pessoas que tensionam o sistema. Entre 2 milhões e 2,5 milhões dessas pessoas vêm de regiões vizinhas, principalmente com leitos hospitalares e internação", argumentou. Conforme mostra o relatório referente aos dois últimos quadrimestres de 2023, 49% da demanda das internações da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) são atendidas pela rede pública do DF. O relatório indica ainda que houve redução na fila de espera para cirurgias, tendo sido realizadas 113.568 operações cirúrgicas no mesmo período.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Derrota do desgoverno, vitória maiúscula do nosso povo. Vencemos. O fim da saidinha de feriado está mantido. Menos uma preocupação para você que vai aproveitar seus feriados sem medo. Brasília em festa"

Senadora Damares Alves
(Republicanos-DF)



Geraldo Magela/Agência Senado

"Um retrocesso sem tamanho. A saída temporária é um dos métodos mais eficazes de ressocialização de uma pessoa presa"

Augusto de Arruda Botelho, advogado criminalista, ex-secretário nacional de Justiça



Divulgação



SÓ PAPOS

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PAZ NO TRÂNSITO
começa por VOCÊ.



Reforço para prevenir sinistros

Parceria entre Universidade de Brasília (UnB) e órgãos internacionais vai gerar sistema unificado de dados para ações que visam redução de acidentes com mortes

» MARIANA SARAIVA

De acordo com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), de janeiro a abril de 2024, houve 57 acidentes que resultaram na morte de 57 pessoas na capital federal. No mesmo período do ano passado, foram 63 acidentes com o óbito de 69 vítimas. A Universidade de Brasília (UnB) está participando de um importante projeto que visa diminuir esse número por meio de um sistema de dados rodoviários. Esse estudo será fundamental na tomada de decisões mais assertivas quando se trata de investimentos na infraestrutura viária. A pesquisa começou em março e foi denominada de "Aprimorando o sistema de dados rodoviários para prevenção de sinistros no Brasil".

A iniciativa tem o aporte da Organização das Nações Unidas (ONU) e conta com a colaboração da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/Oms), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). O projeto vai unificar a forma de identificação de trechos críticos e aprimorar bases de dados de segurança.

A professora Michelle Andrade, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental (ENC) e Programa de Pós-graduação em Transportes da UnB, lidera os estudos propostos e conta que as pesquisas ainda estão em fase inicial. "É de competência da UnB fazer toda a pesquisa de natureza técnico-científica, revisão de metodologias, treinamentos e capacitações das equipes envolvidas", detalha.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Michelle Andrade lidera pesquisa acadêmica de alcance nacional

Soluções em rede

O projeto tem três anos de duração e a estimativa é dos resultados em 2026. "Esse banco de dados vai ajudar na tomada de decisão mais assertiva do poder público", explica Michelle. "Essa iniciativa é uma oportunidade de a universidade contribuir de maneira efetiva, em conjunto com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito para colocar o Brasil

em uma condição de maior efetividade na condução de um ambiente seguro para a população", acrescenta.

A especialista em transportes avalia a atual situação dos sinistros no país. "É algo que permanece como um problema de grande gravidade. Apesar dos programas que vêm sendo implementados, estamos em um cenário de grande risco. É necessário que se fortaleça os

estudos e que se incremente os sistemas, para serem mais efetivas as ações", defende Michelle. "É importante incorporar mecanismos que subsidiem a tomada de decisão relacionadas às medidas de segurança viária, sobretudo, relacionadas à infraestrutura", completa.

O coordenador-geral de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Jefferson Almeida, explica que o órgão faz o levantamento dos trechos e identifica problemas no fluxo de veículos, na infraestrutura, na sinalização e esses problemas são colocados em relatórios. Porém, em muitos casos, acabam perdendo a efetividade, por não ter a devida comunicação com as instituições que possam, de fato, resolver os problemas detectados. "Ao criar esse banco de dados, que será acessível aos órgãos que estão envolvidos com as rodovias, como por exemplo, a própria PRF, DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Concessionárias, essas informações serão usadas para planejamentos de soluções, como uma obra, tapar um buraco, uma melhora de sinalização, tudo que contribui

muito para a diminuição dos sinistros", explica.

DF e região

Michelle Andrade, da UnB, acredita que o DF vai ganhar muito com o projeto. "Por ser um território com grande densidade rodoviária com trechos de grande complexidade, com certeza vai acrescentar muito", afirma. Ainda de acordo com ela, a infraestrutura viária é um pilar da engenharia muito importante e que vem sendo tratado com muita importância pelas organizações internacionais, porque é parte fundamental para a segurança dos usuários.

O coordenador da PRF Jefferson Almeida também acredita que esse projeto vai agregar na região do Distrito Federal, onde, de acordo com ele, há trechos com alto índice de sinistralidade, como a BR-040. "Vai agregar em outras regiões, especialmente as metropolitanas, onde a gente tem a necessidade de comunicação entre as instituições. E o canal de comunicação, via esse sistema, vai facilitar e a gente acredita que vai agilizar as soluções para os problemas de infraestrutura constatados", conclui.